LUMEN ET VIRTUS
ISSN: 2177-2789

O CONSELHO ESCOLAR COMO ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

THE SCHOOL COUNCIL AS A SPACE FOR PARTICIPATION AND SOCIAL CONTROL

EL CONSEJO ESCOLAR COMO ESPACIO DE PARTICIPACIÓN Y CONTROL SOCIAL

https://doi.org/10.56238/levv16n51-032

Data de submissão: 12/07/2025 **Data de publicação:** 12/08/2025

Liliane Silva Costa
Doutoranda em Ciências da Educação
Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)
E-mail: cskaiqueliliane@gmail.com

Maria Agustinho de Souza Silva
Especialista em Alfabetização e Letramento
Instituição: Faculdade Única de Ipatinga (FUNIP)
E-mail: Mariaagustinho151@gmail.com

Glêibia Matos Albuquerque de Souza
Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação
Instituição: MUST University
E-mail: gleibiamatos@yahoo.com.br

Adriana Cristiane Lopes Lino
Doutoranda em Educação
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
E-mail: adriana.lino.1344@ufm.br

Jordan Luis Artiaga Silva
Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação
Instituição: MUST University
E-mail: jordan_artiaga@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar a atuação do conselho escolar como espaço de participação e controle social no âmbito da educação pública. O tema foi delimitado a partir da observação de que, embora os conselhos escolares estejam previstos nas normativas educacionais brasileiras como instrumentos de gestão democrática, sua efetivação prática encontra obstáculos significativos. A pesquisa, de caráter bibliográfico, baseou-se na análise de três artigos científicos publicados entre 2023 e 2025, selecionados a partir de critérios de atualidade, relevância temática e consistência teórica. A partir da leitura crítica dos textos, foram identificados três eixos analíticos centrais: a função social e política do conselho escolar; os desafios da participação efetiva da

comunidade escolar; e o papel do conselho na promoção da gestão democrática. Os resultados revelaram que os conselhos escolares ainda operam, em muitos contextos, de forma simbólica e protocolar, sendo atravessados por relações de poder verticalizadas, desconhecimento das atribuições legais e ausência de formação continuada dos conselheiros. Concluiu-se que, para que o conselho se estruture como espaço efetivo de deliberação coletiva e controle social, é necessário que haja investimentos em formação política, valorização institucional e fortalecimento da cultura democrática no interior das escolas públicas.

Palavras-chave: Participação Social. Controle Social. Gestão Democrática. Educação Pública. Conselho Escolar.

ABSTRACT

This article aimed to analyze the role of the school council as a space for participation and social control within public education. The theme was defined based on the observation that, although school councils are legally recognized in Brazilian educational policy as instruments of democratic management, their practical implementation faces significant challenges. This bibliographic research was based on the analysis of three scientific articles published between 2023 and 2025, selected according to criteria of relevance, recency, and theoretical consistency. From the critical reading, three central axes were identified: the social and political function of the school council; the challenges of effective participation by the school community; and the council's role in promoting democratic management. The results showed that school councils still operate in many contexts as merely formal or symbolic structures, marked by hierarchical power relations, lack of legal knowledge, and absence of continued training. It was concluded that in order for the council to be consolidated as an effective space for collective deliberation and social oversight, investments must be made in political education, institutional recognition, and the strengthening of democratic practices within public schools.

Keywords: Social Participation. Social Control. Democratic Management. Public Education. School Council.

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo analizar el papel de los consejos escolares como foro de participación y control social en la educación pública. El tema se definió a partir de la observación de que, si bien los consejos escolares se conciben en la normativa educativa brasileña como instrumentos de gestión democrática, su implementación práctica enfrenta obstáculos significativos. La investigación bibliográfica se basó en el análisis de tres artículos científicos publicados entre 2023 y 2025, seleccionados con base en criterios de actualidad, relevancia temática y consistencia teórica. A través de una lectura crítica de los textos, se identificaron tres ejes analíticos centrales: la función social y política del consejo escolar; los desafíos de la participación efectiva de la comunidad escolar; y el papel del consejo en la promoción de la gestión democrática. Los resultados revelaron que los consejos escolares aún operan, en muchos contextos, de manera simbólica y formal, caracterizándose por relaciones de poder verticalizadas, desconocimiento de las responsabilidades legales y falta de capacitación continua para sus miembros. Se concluyó que, para que el consejo se estructure como un espacio efectivo de deliberación colectiva y control social, es necesario invertir en la formación política, la valorización institucional y el fortalecimiento de la cultura democrática al interior de las escuelas públicas.

Palabras clave: Participación Social. Control Social. Gestión Democrática. Educación Pública. Consejo Escolar.

1 INTRODUÇÃO

A gestão democrática da educação tem sido objeto de atenção recorrente nos debates educacionais, especialmente no que se refere à promoção de instâncias colegiadas capazes de articular a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar. Entre essas instâncias, destaca-se o conselho escolar, previsto legalmente como espaço de deliberação coletiva, controle social e construção de decisões compartilhadas. A relevância do tema decorre da constatação de que a efetivação de uma educação pública de qualidade socialmente referenciada exige mecanismos institucionais que favoreçam o diálogo, a transparência e a corresponsabilidade.

A escolha por investigar a atuação do conselho escolar como espaço de participação e controle social justifica-se pela necessidade de compreender as condições concretas que favorecem ou obstaculizam sua função institucional. Embora a legislação educacional brasileira reconheça o conselho como instância estratégica da gestão democrática, estudos recentes têm apontado o distanciamento entre as normativas e as práticas efetivas de participação. Dessa forma, torna-se pertinente problematizar como esse colegiado tem operado nas escolas públicas, quais são seus limites e possibilidades, e de que forma contribui para o fortalecimento da democracia educacional.

A questão norteadora que orienta este trabalho é: de que maneira o conselho escolar pode ser efetivado como espaço de participação e controle social? A partir dessa problemática, definiu-se como objetivo geral analisar a atuação do conselho escolar na perspectiva da participação e do controle social. Os objetivos específicos são: (a) discutir a função social e política do conselho escolar; (b) identificar os desafios à participação efetiva da comunidade escolar; e (c) compreender o papel do conselho na promoção da gestão democrática.

A metodologia utilizada consistiu em pesquisa bibliográfica, com base na análise de artigos científicos publicados entre 2023 e 2025, localizados a partir de palavras-chave simples como ‘conselho escolar’, ‘participação social’ e ‘gestão democrática’. A seleção considerou a atualidade, a relevância temática e a consistência teórica das obras, priorizando textos que tratam especificamente da atuação dos conselhos escolares em contextos públicos. A análise foi estruturada a partir de categorias temáticas previamente definidas, organizando-se em três capítulos centrais.

No primeiro capítulo, discutiu-se a função social e política do conselho escolar, com base nos marcos legais e teóricos que definem sua natureza e finalidade. No segundo capítulo, analisaram-se os desafios da participação efetiva da comunidade escolar, com foco nas limitações práticas e nas contradições enfrentadas na atuação cotidiana dos conselhos. O terceiro capítulo abordou a relação entre conselho escolar e a promoção da gestão democrática, evidenciando o papel estratégico do colegiado na redistribuição do poder decisório no interior da escola.

Por fim, o artigo apresenta o capítulo de resultados e análise dos dados, no qual são sintetizadas as principais conclusões da pesquisa, destacando-se as implicações para a prática escolar e para as

políticas educacionais. O texto se encerra com a conclusão, que retoma os objetivos propostos e oferece sugestões para investigações futuras, reafirmando o compromisso com uma educação pública democrática e participativa.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracterizou-se como do tipo bibliográfica, com base na análise de textos científicos que discutem a atuação dos conselhos escolares como instâncias de participação e controle social no âmbito da educação pública. A escolha por essa abordagem fundamentou-se na possibilidade de identificar, sistematizar e comparar os referenciais teóricos existentes sobre o tema, buscando compreender os elementos que condicionam ou favorecem o funcionamento efetivo dos conselhos escolares.

Conforme apontado por Narciso e Santana (2025, p. 19474), há uma demanda crescente por atualização das metodologias científicas, de modo que estas contemplem o uso de tecnologias recentes, como a inteligência artificial, *big data* e ferramentas digitais voltadas à análise qualitativa. Essa consideração reforça a importância de critérios metodológicos precisos na escolha e no tratamento das fontes utilizadas. Assim, o processo analítico foi conduzido por etapas organizadas que envolveram busca, seleção, leitura e categorização do material investigado.

A pesquisa envolveu a leitura crítica de três artigos científicos selecionados como corpus principal: Vieira *et al.* (2024), Rezende; Gonçalvez (2024) e Felix dos Santo (2025). Foram utilizadas palavras-chave simples, como ‘conselho escolar’, ‘participação social’, ‘gestão democrática’, ‘controle social’ e ‘comunidade escolar’, empregadas de forma combinada para refinar os resultados. As buscas foram realizadas prioritariamente na plataforma SciELO, *Scientific Electronic Library Online*, uma biblioteca eletrônica que reúne publicações científicas revisadas por pares, reconhecida por sua credibilidade e acesso gratuito.

Os critérios de inclusão envolveram a seleção de textos publicados entre 2023 e 2025, que abordassem de forma direta a atuação dos conselhos escolares na perspectiva da gestão democrática e da participação social. Foram excluídos materiais que discutissem a temática de forma genérica ou que não apresentassem fundamentação teórica consistente. Essa delimitação temporal e temática garantiu a atualidade e a relevância das análises.

A leitura interpretativa dos textos selecionados permitiu identificar três eixos estruturantes para a construção do artigo: (1) a função social e política do conselho escolar; (2) os desafios da participação efetiva da comunidade escolar; e (3) o papel do conselho na promoção da gestão democrática. Esses eixos organizaram os capítulos temáticos do estudo, garantindo a articulação lógica entre os objetivos e os referenciais mobilizados.

Além disso, conforme apontam Santana; Narciso (2025, p. 1589), “recomenda-se a realização de estudos futuros que explorem o impacto das novas tecnologias nas metodologias de pesquisa educacional”. Embora a presente investigação não tenha utilizado tais tecnologias, reconhece-se a pertinência desse direcionamento para pesquisas subsequentes.

Por fim, conforme alertam Santana; Narciso; Fernandes (2025, p. 17), “investir na escolha adequada de métodos, critérios e ferramentas é um passo indispensável para elevar o impacto das investigações acadêmicas”. A opção pela revisão bibliográfica permitiu o aprofundamento conceitual e a construção de uma análise crítica sobre os desafios e as possibilidades dos conselhos escolares como espaços de participação e controle social, respeitando os critérios de rigor científico exigidos em estudos de natureza teórica.

3 A FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO CONSELHO ESCOLAR

A análise da função do conselho escolar revela que sua constituição extrapola o caráter meramente administrativo ou consultivo, assumindo papel relevante na mediação entre escola e sociedade. Segundo Rezende; Gonçalvez (2024, p. 295), “o conselho escolar se configura como um espaço legítimo de construção coletiva, onde diferentes sujeitos da comunidade escolar se encontram para deliberar sobre os rumos da instituição de ensino”. Tal concepção está vinculada à ideia de que a escola pública deve ser gerida com base em princípios democráticos, sendo o conselho um instrumento de aproximação entre os interesses sociais e as práticas pedagógicas.

Em reforço, Vieira *et al.* (2024, p. 3) destacam que

> (...) a atuação do conselho escolar deve estar voltada para a defesa da escola pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada, com vistas à consolidação do direito à educação e à equidade no acesso e permanência dos estudantes.

Essa perspectiva atribui ao conselho não apenas funções técnicas, mas também políticas, ancoradas na luta por justiça social e reconhecimento dos direitos educacionais.

> (...) o conselho escolar emerge como instância que permite à comunidade interferir no processo educacional, tanto na definição de prioridades quanto na fiscalização da aplicação de recursos e avaliação do desempenho institucional. Sua legitimidade depende da forma como se constitui o diálogo entre os diversos segmentos e da clareza quanto às suas atribuições legais e práticas” (Felix dos Santo, 2025, p. 6).

A citação acima evidencia que o conselho escolar atua como elo entre as dimensões pedagógica, administrativa e política da escola, desde que haja efetiva participação e compreensão dos papéis desempenhados por seus membros.

Ademais, de acordo com Vieira *et al.* (2024, p. 6),

> (...) a compreensão ampliada da função do conselho escolar pressupõe sua atuação na promoção de debates que extrapolam os muros da escola, envolvendo-se com demandas do território e com as políticas públicas de educação.

A compreensão ampliada do conselho escolar enquanto instância social ativa permite deslocá-lo de um lugar meramente consultivo para um espaço de protagonismo efetivo na articulação entre a escola e o território em que está inserida. Essa concepção rompe com a visão tradicional de um conselho voltado apenas para homologar decisões administrativas, destacando seu potencial de mediação entre os anseios da comunidade e as diretrizes educacionais.

Rezende e Gonçalvez (2024) enfatizam que, quando os conselheiros reconhecem o colegiado como espaço político e deliberativo, ele adquire força para questionar hierarquias, pautar discussões prioritárias, cobrar transparência na gestão e defender propostas pedagógicas que dialoguem com a realidade concreta da comunidade escolar. Tal perspectiva reposiciona o conselho como espaço de disputa e construção coletiva, no qual se expressam interesses diversos e se constroem consensos em torno de projetos educativos comprometidos com a equidade.

Nesse sentido, o conselho escolar torna-se uma ferramenta essencial de democratização das práticas escolares. Sua atuação crítica permite tensionar decisões impostas de forma vertical, favorecendo a construção de uma cultura de participação ativa. Em vez de reproduzir normas externas, o conselho pode contribuir para reconfigurar as políticas educacionais a partir das especificidades locais, valorizando os saberes das famílias, estudantes e educadores.

Entretanto, como alerta Felix dos Santo (2025), essa função política é frequentemente negligenciada, o que enfraquece a atuação do conselho diante das direções escolares e das secretarias de educação. Ao ser relegado a uma posição acessória, o colegiado perde sua capacidade de incidir sobre os rumos pedagógicos e administrativos da escola, transformando-se em espaço simbólico, mas esvaziado de poder real.

Esse esvaziamento é agravado pela ausência de políticas de formação continuada para os conselheiros e pela falta de reconhecimento institucional das suas decisões. Muitas vezes, os membros do conselho assumem suas funções sem compreender plenamente suas atribuições, o que dificulta a construção de um espaço participativo de fato. Além disso, sem respaldo das instâncias superiores, as deliberações do conselho tendem a ser ignoradas ou minimizadas.

Dessa forma, para que o conselho escolar cumpra seu papel como instância colegiada da gestão democrática, é imprescindível que haja investimento na formação política e técnica de seus integrantes, reconhecimento institucional de sua autoridade deliberativa e estímulo ao engajamento consciente de toda a comunidade escolar. Apenas assim será possível fortalecer sua função social e política na construção de políticas públicas educacionais mais justas, participativas e conectadas às demandas reais das comunidades escolares.

4 OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO EFETIVA DA COMUNIDADE ESCOLAR

A participação da comunidade escolar no conselho é amplamente reconhecida como condição essencial para o fortalecimento da gestão democrática. No entanto, persistem diversos obstáculos que comprometem sua efetivação. De acordo com Vieira *et al.* (2024, p. 5), "a participação, ainda que prevista legalmente, encontra limites concretos, seja pela ausência de cultura participativa". Tal observação denuncia o distanciamento entre o discurso da participação e as práticas institucionais que, muitas vezes, restringem a atuação dos conselheiros.

A análise de Felix dos Santo (2025) revela um problema recorrente na dinâmica dos conselhos escolares: sua atuação limitada à validação de decisões já definidas pela equipe gestora, sem espaço para o contraditório ou para o exercício pleno do controle social. Essa constatação evidencia que, embora o conselho esteja previsto legalmente como instância participativa, na prática, ele ainda opera sob lógicas verticalizadas, nas quais o protagonismo da comunidade é fragilizado ou inexistente.

A fragilidade participativa, como ressaltado pelo autor, está associada tanto a aspectos estruturais, como a ausência de políticas públicas que sustentem o funcionamento autônomo do colegiado, quanto a elementos culturais, como o despreparo dos conselheiros e a reprodução de práticas autoritárias. Esse cenário é agravado, segundo Rezende e Gonçalvez (2024), pela baixa frequência das reuniões, pela limitada adesão dos membros e pela ausência de pautas pedagógicas relevantes, o que relega o conselho a um espaço protocolar, restrito a decisões administrativas ou financeiras.

A lacuna entre o que está estabelecido legalmente e o que ocorre no cotidiano escolar escancara um processo de desmobilização política e simbólica do conselho. Isso se intensifica, conforme apontado por Vieira *et al.* (2024), pelo desconhecimento dos membros acerca do funcionamento do órgão e de seus próprios direitos e responsabilidades. Tal desinformação compromete não apenas a legitimidade das decisões, mas também desestimula a participação ativa da comunidade escolar.

Além disso, a ausência de sistematização dos processos participativos no interior das instituições educacionais, como observa Felix dos Santo (2025), é reflexo da omissão do poder público quanto à garantia de condições efetivas para que esses processos ocorram. A falta de formação, tempo institucional e estrutura adequada esvazia o conselho, transformando-o em um dispositivo sem representatividade concreta.

Rezende e Gonçalvez (2024) reforçam essa crítica ao apontar que muitas gestões escolares utilizam o conselho apenas como ferramenta de legitimação de decisões já tomadas, sem proporcionar espaço para debates, escuta qualificada ou construção coletiva de propostas. Essa prática revela uma concepção autoritária de gestão, que vai na contramão dos princípios da democracia participativa.

Em contraponto, Felix dos Santo (2025) enfatiza que a participação efetiva da comunidade no conselho escolar depende da valorização dos saberes locais, da superação de práticas centralizadoras e da construção de uma cultura de diálogo e corresponsabilidade. Para que isso ocorra, é necessário

que haja um compromisso institucional com a formação política dos sujeitos e com a escuta plural das diferentes vozes que compõem a comunidade escolar.

Diante desse diagnóstico, algumas sugestões práticas para o contexto educacional incluem:

1. Criação de programas contínuos de formação para conselheiros escolares, com foco em legislação educacional, gestão democrática, mecanismos de controle social e mediação de conflitos, preferencialmente oferecidos pelas secretarias de educação em parceria com universidades públicas.
2. Inclusão de pautas pedagógicas obrigatórias nas reuniões do conselho, promovendo o debate sobre o projeto político-pedagógico, as metas de aprendizagem, os indicadores de qualidade e a avaliação institucional participativa.
3. Institucionalização de calendários regulares e públicos de reuniões, com ampla divulgação e garantia de horários acessíveis à participação de pais, estudantes e representantes da comunidade.
4. Estabelecimento de canais permanentes de comunicação e escuta ativa, como formulários, caixas de sugestões, assembleias abertas e rodas de conversa, para que os diferentes segmentos possam contribuir com pautas e propostas concretas.
5. Promoção de campanhas de valorização do conselho escolar, com materiais informativos em linguagem acessível, vídeos explicativos, participação em feiras e eventos escolares, para ampliar o conhecimento da comunidade sobre sua importância.
6. Garantia de autonomia deliberativa do conselho escolar, com respaldo legal e administrativo para que suas decisões tenham validade real no planejamento e na gestão da escola.

Essas ações, articuladas de forma integrada, contribuem para a reconstrução do conselho como um espaço legítimo de decisão, aprendizado coletivo e transformação institucional. A efetivação da gestão democrática não se limita a cumprir formalidades legais, mas exige o cultivo de práticas que reconheçam o valor político e pedagógico da participação social na escola.

5 O CONSELHO ESCOLAR NA PROMOÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

O conselho escolar ocupa lugar estratégico na validação da gestão democrática, pois é por meio dele que diferentes segmentos da comunidade escolar podem intervir nos rumos da instituição. Conforme argumenta Vieira *et al.* (2024, p. 8), “a gestão democrática exige a construção de uma cultura institucional que valorize o diálogo, a escuta ativa e a corresponsabilidade entre os sujeitos, o que só se efetiva mediante espaços coletivos”. Essa concepção reforça a centralidade do conselho na articulação entre os princípios democráticos e a dinâmica cotidiana da escola.

Rezende e Gonçalvez (2024, p. 296) destacam que a validação da gestão democrática na escola pública está diretamente condicionada ao reconhecimento dos conselhos escolares como instâncias

efetivamente deliberativas. Em outras palavras, a democracia interna somente se realiza quando o colegiado ultrapassa a condição meramente consultiva e assume, de fato, um papel ativo nas decisões que estruturam a vida escolar. Essa concepção implica compreender o conselho como espaço político-pedagógico de decisão coletiva, capaz de influenciar rumos institucionais de forma concreta.

Para que essa valorização ocorra, é necessário que a estrutura organizativa do conselho seja acompanhada de um conjunto de condições institucionais que garantam seu funcionamento pleno. Felix dos Santo (2025, p. 11) adverte que a existência formal do conselho, por si só, não assegura a efetividade da gestão democrática. A atuação significativa do colegiado exige reuniões periódicas, pautas claras e coerentes com as necessidades da comunidade escolar, divulgação pública das decisões, bem como o compromisso da equipe gestora com a escuta ativa e o compartilhamento do poder.

Como sugestão prática, as secretarias de educação podem estabelecer normativas que tornem obrigatória a realização mínima de reuniões trimestrais, com registro em ata pública, além de disponibilizarem plataformas digitais para a divulgação das pautas, das deliberações e das ações implementadas.

Ademais, Vieira *et al.* (2024, p. 9) chamam atenção para "a necessidade de redistribuição real do poder decisório no ambiente escolar", o que requer a superação de práticas centralizadoras. Para que o conselho atue de forma autêntica, é essencial que a cultura institucional abandone modelos verticalizados e promova a escuta, a negociação e o diálogo entre os diferentes segmentos. Nessa perspectiva, o conselho deve ser reconhecido como espaço de disputa legítima de projetos e propostas, e não como mero carimbo das decisões previamente tomadas pela direção.

Como prática recomendada, a escola pode adotar estratégias como a construção participativa da pauta do conselho — por meio de consultas abertas à comunidade escolar — e a criação de comissões temáticas internas (como de currículo, infraestrutura e inclusão), que contribuam para o amadurecimento da cultura de decisões compartilhadas.

Rezende e Gonçalvez (2024) também ressaltam que o conselho escolar cumpre uma função formativa essencial. Ao participar dos processos de debate, deliberação e tomada de decisão, os membros vivenciam práticas concretas de cidadania, desenvolvendo competências como a argumentação, a escuta ativa e a negociação. Dessa forma, o colegiado não apenas organiza a gestão, mas contribui para a formação de sujeitos democráticos e conscientes de seu papel na coletividade.

Nesse sentido, uma ação pedagógica importante seria a inserção de momentos de formação política e cidadã nas reuniões, com rodas de conversa sobre democracia, participação social e direitos educacionais, o que amplia o entendimento dos conselheiros sobre seu papel estratégico na gestão escolar.

Felix dos Santo (2025, p. 9) complementa esse entendimento ao afirmar que a "gestão democrática promovida pelos conselhos permite um maior controle social sobre os recursos públicos",

fortalecendo a transparência e a justiça na administração escolar. Isso significa que o colegiado não se restringe a questões pedagógicas, mas também deve participar da análise e deliberação sobre os aspectos administrativos e financeiros da escola, ampliando o escopo de sua atuação.

Para tornar essa participação concreta, é fundamental garantir aos conselheiros acesso simplificado às prestações de contas, promover oficinas sobre orçamento escolar e incentivar a criação de relatórios acessíveis à comunidade, traduzindo os dados financeiros em linguagem clara.

Por fim, Vieira *et al.* (2024) alertam que a efetivação da gestão democrática exige processos formativos contínuos, com ênfase tanto na dimensão política quanto pedagógica. Esse processo não deve recair apenas sobre os esforços individuais das escolas, mas requer o envolvimento direto das secretarias de educação, por meio de políticas de incentivo, formação, assessoramento técnico e acompanhamento da atuação dos conselhos escolares.

Como medida concreta, recomenda-se que os sistemas de ensino promovam programas regionais de formação inicial e continuada para conselheiros, com certificação e acompanhamento pedagógico, além de criar núcleos de apoio institucional para assessoramento jurídico, administrativo e pedagógico às escolas.

Diante de todas essas considerações, compreende-se que o conselho escolar deve ser reconhecido como um mecanismo estruturante da democratização da gestão escolar. Para que esse espaço cumpra seu papel de forma legítima, é imprescindível garantir sua representatividade, autonomia e capacidade deliberativa. Isso inclui assegurar a formação permanente de seus membros, valorizar os saberes locais, estimular a diversidade de vozes e consolidar uma cultura institucional baseada no diálogo, na corresponsabilidade e na transparência. Só assim será possível construir escolas públicas mais participativas, justas e conectadas às necessidades reais de suas comunidades.

6 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados obtidos a partir da análise bibliográfica permitiram identificar que o conselho escolar constitui um instrumento institucional relevante na mediação entre comunidade e escola, viabilizando a participação dos diversos segmentos sociais no planejamento e na gestão da educação pública. Observou-se que, apesar da previsão legal e da estrutura formal que caracteriza os conselhos escolares, sua atuação prática ainda encontra limites significativos relacionados à fragilidade da cultura participativa, à centralização decisória e à ausência de formação específica dos conselheiros.

As descobertas apontaram que a função social e política do conselho escolar está diretamente vinculada à construção da gestão democrática, sendo esta compreendida como uma prática cotidiana de diálogo e deliberação coletiva. Essa concepção amplia o papel do conselho para além da função meramente fiscalizadora ou burocrática, integrando-o ao projeto político-pedagógico da escola como instância deliberativa. Os estudos também revelaram que a participação da comunidade escolar,

embora prevista e incentivada, não se efetiva de maneira homogênea em todos os contextos, sendo condicionada por fatores sociopolíticos, culturais e institucionais.

Em comparação com outras pesquisas já realizadas, as conclusões aqui apresentadas dialogam com a literatura especializada ao confirmarem a persistência de obstáculos históricos à efetivação dos conselhos escolares como espaços de participação. Tais dificuldades não se restringem à ausência de recursos materiais, mas envolvem questões mais profundas, como a resistência à partilha de poder, a naturalização da hierarquia escolar e o desconhecimento das atribuições do colegiado.

Entre as limitações identificadas na análise, destaca-se a escassez de estudos empíricos atualizados que contemplem a diversidade das realidades escolares brasileiras. A maioria das investigações analisadas parte de recortes locais ou relatos de experiências específicas, o que dificulta a generalização dos dados e a construção de um diagnóstico nacional sobre a atuação dos conselhos escolares. Além disso, alguns resultados inconclusivos, como a dificuldade de aferição do impacto concreto das decisões tomadas pelos conselhos na melhoria da qualidade educacional, revelam a necessidade de abordagens metodológicas mais robustas e integradas.

Nesse sentido, resultados considerados inesperados, como a constatação de que, mesmo em escolas com tradição participativa, os conselhos funcionam de forma precária ou simbólica, foram explicados, com base bibliográfica, pela influência de modelos centralizados de gestão e pela ausência de políticas públicas que assegurem a formação continuada dos membros dos conselhos escolares. As referências teóricas indicaram que a democratização da gestão escolar não se realiza apenas por meio da criação formal de colegiados, mas pela construção de uma cultura política que valorize a escuta, o diálogo e a corresponsabilidade.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos comparativos entre diferentes redes de ensino, com foco nos impactos reais das decisões tomadas pelos conselhos escolares sobre a qualidade pedagógica, a inclusão e a justiça social. Além disso, torna-se pertinente investigar o papel das tecnologias digitais como facilitadoras de processos participativos nos conselhos escolares, especialmente no contexto de escolas inseridas em territórios com baixa mobilização comunitária. Também seria relevante aprofundar as implicações das políticas públicas de formação de conselheiros, observando sua coerência com os princípios da gestão democrática e sua efetividade na prática institucional.

7 CONCLUSÃO

A presente investigação possibilitou compreender que o conselho escolar representa uma instância estratégica para a promoção da participação social e para o fortalecimento da gestão democrática nas escolas públicas. Com base na análise de diferentes referenciais teóricos, verificou-se

que, embora a legislação assegure a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar, tal participação ainda se encontra fragilizada por entraves históricos, culturais e institucionais.

A pergunta norteadora deste estudo, ‘de que maneira o conselho escolar pode ser efetivado como espaço de participação e controle socia*l?*, foi respondida a partir da articulação crítica entre os três capítulos temáticos. Os resultados indicam que a efetividade do conselho escolar está condicionada à valorização de sua função política, à superação de práticas autoritárias no interior das escolas e à construção de uma cultura institucional pautada na democracia participativa.

Os objetivos delineados na introdução foram plenamente alcançados. O objetivo geral, que consistia em analisar o conselho escolar como espaço de participação e controle social, foi atendido por meio do diálogo com autores centrais no debate. Da mesma forma, os objetivos específicos foram contemplados: a) ao investigar a dimensão social e política do conselho escolar; b) ao discutir os desafios enfrentados para o engajamento efetivo da comunidade; e c) ao examinar a contribuição do colegiado na estruturação de práticas democráticas no cotidiano escolar.

A análise evidenciou que a estruturação dos conselhos escolares como instrumentos de controle social demanda ações integradas e contínuas, envolvendo as escolas, os sistemas públicos de ensino e a sociedade civil organizada. Para que isso se concretize, recomenda-se a ampliação de pesquisas que investiguem, em diferentes realidades territoriais, os impactos concretos da atuação desses colegiados. Ademais, é fundamental o desenvolvimento de políticas públicas que assegurem a formação política e pedagógica dos conselheiros, com foco no fortalecimento da participação qualificada, na valorização da diversidade de vozes e na promoção de uma cidadania educativa ativa e comprometida com os princípios democráticos.

REFERÊNCIAS

FELIX DOS SANTO, J. K. A participação democrática do conselho escolar no ambiente educativo. Revista Caribeña de Ciências Sociales, v. 14, n. 4, p. 1-27, 2025.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2024.

REZENDE, P. J. da S.; GONÇALVES, W. M. de S. O desafio dos Conselhos Escolares e da Democracia Participativa na Escola Pública: um estudo de caso em Iporá (GO). Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais, v. 13, n. 3, p. 293-309, 2024.

SANTANA, A. C. de A.; NARCISO, R. Pilares da pesquisa educacional: autores e metodologias científicas em destaque. ARACÊ, v. 7, n. 1, p. 1577-1590, 2025.

SANTANA, A. C. de A.; NARCISO, R.; FERNANDES, A. B. Explorando as metodologias científicas: tipos de pesquisa, abordagens e aplicações práticas. Caderno Pedagógico, v. 22, n. 1, e13333, 2025.

VIEIRA, E. P.; JESUS, M. S.; SILVA, V. P. Conselho escolar? Os desafios na construção da gestão democrática em uma escola de Ilhéus/BA. Ilhéus/BA, 2024.